

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

56 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 12 a 16/10/2020):

1. CONSELHO EUROPEU	1
2. QFP 2021-27 NEXT GENERATION EU RECURSOS PRÓPRIOS	1
3. PRIORIDADES DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UE	3
4. COVID-19:COORDENAÇÃO DE MEDIDAS DE RESTRIÇÃO DE CIRCULAÇÃO	4
5. PE POSIÇÃO SOBRE O PROGRAMA EU4HEALTH	5
6. SURE EMISSÃO DE DÍVIDA COMO OBRIGAÇÕES SOCIAIS	5
7. REGIMENTO DO PE ALTERAÇÃO PARA SITUAÇÕES DE CRISE	6
8. NOVAS ESTRATÉGIAS DA COMISSÃO PACTO ECOLÓGICO EUROPEU	6
9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Conselho de Ministros do Negócios Estrangeiros	7
Conselho de Assuntos Gerais	7
Videoconferência dos ministros do Trabalho, dos Assuntos Sociais e da Igual 8	ldade
Reunião informal dos Ministros das Telecomunicações	8
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8



1. CONSELHO EUROPEU

Esta <u>semana</u> realizou-se uma <u>reunião</u> do <u>Conselho Europeu</u>, com os <u>seguintes temas na agenda</u>: *negociações entre a UE e o Reino Unido*, debate de orientação sobre as *metas climáticas*; debate estratégico sobre as *relações com África*; outras questões de *política externa*. Sobre a *COVID-19*, fez-se o balanço dos esforços de coordenação relativos à livre circulação e informações atualizadas sobre as vacinas. O PE disponibilizou o seu <u>já habitual *briefing* de antevisão</u> do Conselho, por temas.

Ainda que não constasse formalmente da <u>agenda</u>, a questão das negociações sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2021-27 (QFP), do Fundo de Recuperação e da Decisão dos Recursos Próprios esteve presente nas discussões, nomeadamente no contexto da <u>intervenção que o Presidente do PE fez</u> no Conselho. Neste <u>discurso</u>, David Sassoli <u>considerou que as negociações estão num impasse</u> (cfr. ponto 2. *infra*) e que cabe ao Conselho Europeu "atualizar o seu mandato", não para "começar tudo de novo, mas com imaginação" para superar esta indefinição. Do lado do Conselho, <u>não parece existir abertura</u> para nova negociação global ao nível dos líderes, mas sim conversações técnicas entre as partes.

No que diz respeito às **relações com o Reino Unido**, a data de 15 de outubro era apontada como o limite para obter um acordo entre as partes, a tempo de ser aprovado pelo PE e, caso seja necessário (consoante o teor do eventual acordo), ratificado pelos Parlamentos nacionais. Não obstante, e conforme consta das <u>Conclusões</u>, "o Conselho Europeu convida o negociador principal da União a prosseguir as negociações nas próximas semanas, e exorta o Reino Unido a dar os passos necessários para tornar possível um acordo." Porém, recordando que "o período de transição terminará em 31 de dezembro de 2020" o Conselho apela "a todas as partes interessadas" para se prepararem "para todas as eventualidades, incluindo a ausência de acordo" e convida a Comissão "(...) a analisar atempadamente medidas de contingência unilaterais (...)".

Em resposta, o negociador-chefe britânico, David Frost, manifestou <u>desapontamento com as Conclusões</u> e o MNE britânico, Dominic Raab, expressou "surpresa e deceção com a falta de flexibilidade do Conselho". O 1.ª Ministro britânico <u>reagiu</u>, afirmando que continuará o diálogo negociar, mas que a "UE se recusa a negociar com seriedade" sobre um possível acordo idêntico ao do Canadá. Assim sendo, o RU deve estar preparado para a saída sem acordo.

Sobre as <u>alterações climáticas</u>, o Conselho Europeu debateu a meta proposta de <u>redução das</u> <u>emissões</u> de, pelo menos, 55% até 2030, e voltará a debruçar-se sobre o assunto na sua reunião de dezembro, com vista a chegar a acordo sobre essa meta.

Finalmente, e no tocante à dimensão externa e às relações UE-África, o Alto-Representante havia <u>publicado um conjunto de considerações</u> após a sua visita de trabalho à União Africana, que permitem enquadrar as principais questões. As <u>conclusões adotadas</u> estão disponíveis.

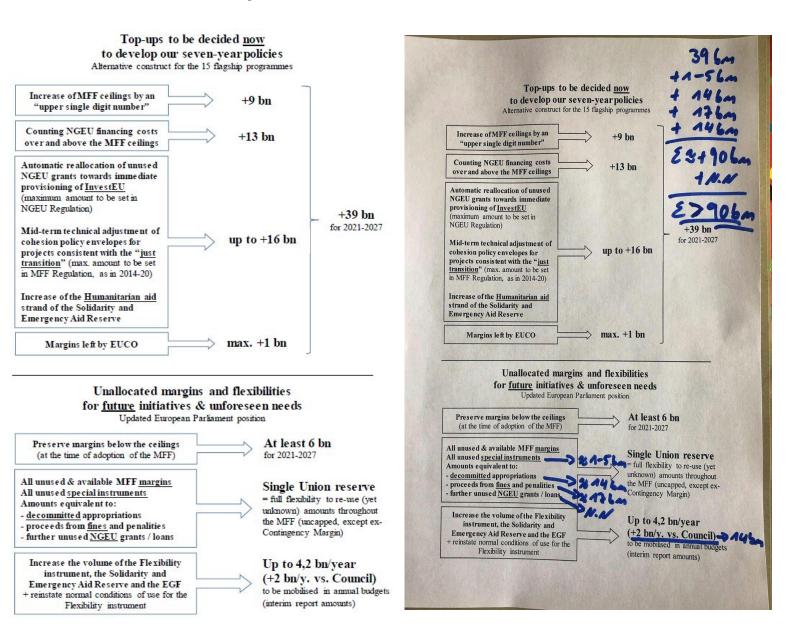
2. QFP 2021-27 | NEXT GENERATION EU | RECURSOS PRÓPRIOS

Na <u>Síntese n.º 55</u>, referimos que, após a 7.ª ronda de negociações, o <u>PE decidiu interromper o diálogo</u>, "aguardando que o Conselho atualize o seu mandato negocial". No dia 14 de outubro, teve lugar um <u>encontro informal entre o PE, o Conselho e a Comissão</u> sobre os pontos em aberto nesta negociação. Recorde-se que, na véspera, a Comissão de Assuntos Europeus da AR realizou uma **audição dos Deputados ao PE Margarida Marques e José Manuel Fernandes**, membros da equipa negocial deste Parlamento, que pode ser visualizada <u>aqui</u>.

1



Nesse mesmo dia, o PE havia feito uma **proposta concreta ao Conselho**, através de uma <u>carta</u> enviada pelo Presidente da Comissão dos Orçamentos, <u>Johan Van Overtveldt</u> (ECR, Bélgica), ao Embaixador alemão Michael Clauß, Representante Permanente junto da UE e Presidência em exercício, com os montantes sugeridos (39 mil milhões de euros) para reforçar (*top-up*) os <u>15 programas emblemáticos da UE</u> que o PE apoia. Esta carta gerou alguma controvérsia no Twitter, com a Comissão de Orçamentos do PE a <u>explicitar os termos respetivos</u> e a Presidência alemã a <u>questionar os números apresentados</u> (do lado esquerdo a proposta do PE e do lado direito as contas feitas pela Presidência do Conselho, no <u>twitter</u>).



A Comissão Europeia havia circulado algumas <u>possibilidades técnicas</u> para realocar fundos, sendo que o PE as considerou insuficientes. A Presidência alemã pretende chegar a um acordo com o PE sem ter de referir novamente a questão ao Conselho Europeu.

2



3. PRIORIDADES DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UE

No dia 14 de outubro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, <u>apresentou ao Plenário da AR</u>¹ (hiperligação para o debate) as linhas gerais daquilo que serão as prioridades da Presidência portuguesa do Conselho da UE (PPUE), no 1.º semestre de 2021.

O debate integral está disponível aqui e salientamos, da transcrição respetiva, a referência de que "o valor acrescentado da Presidência portuguesa é, também ele, meridianamente claro: trata-se de colocar o foco na Europa social, trata-se de mostrar que a Europa só conseguirá vencer o desafio da dupla transição energética/climática e digital usando o seu modelo social, reforçando o pilar europeu dos direitos sociais." Acrescentou-se, ainda, que a Presidência portuguesa significará "o tempo de agir (...)" tendo "a Presidência alemã" tomado "decisões muito importantes, no que diz respeito aos instrumentos financeiros e programáticos para alavancar a recuperação económica e social europeia", e que "Com a Presidência portuguesa tratar-se-á de pôr em execução esses instrumentos financeiros e programáticos."

Na sua intervenção, o MNE assinalou "as cinco prioridades que organizam a PPUE":

- 1. A resiliência da Europa, "entendida nos dois planos em que ela faz sentido: no plano da economia e da coesão social, de um lado, e no plano dos valores, do outro." Concretizou, referindo que "a resiliência é uma prioridade absoluta da Presidência portuguesa da União Europeia", seja a "resiliência económica da Europa, mas também da consolidação da Europa como um espaço de solidariedade e de valores."
- 2. A Europa social: será organizada no Porto, a 7, 8 e 9 de maio próximos, a cimeira social europeia, "composta por dois grandes elementos: uma conferência, reunindo as instituições europeias, os parceiros sociais e as instituições académicas, e o Conselho Europeu informal dedicado à temática social." Mencionou, ainda "as preocupações muito práticas: tratar-se-á de dar impulso político à concretização do plano de ação para a implementação do pilar europeu dos direitos sociais, tratar-se-á, portanto, de discutirmos, em conjunto, a melhor forma de aprovar o quadro regulamentar europeu para o salário mínimo, o quadro regulamentar europeu para o rendimento mínimo, a nova garantia para a infância, a revisão da garantia para a juventude, o livro verde sobre o envelhecimento, as estratégias para a transparência e para a igualdade salarial, para a igualdade de género e, também, a área essencial da «União Europeia para a saúde».
- 3. A Europa verde: "o Pacto Ecológico Europeu, além do clima, mas, também, a reforma da Política Agrícola Comum, o Ano Europeu da Ferrovia e a importância da mobilidade elétrica."
- 4. **A Europa digital**, tendo o MNE referido que "não se trata apenas e só de economia. Trata-se, por exemplo, da educação digital, da democracia digital, das redes de comunicações e dos sistemas de dados na Europa e das oportunidades, mas também das questões colocadas pelo desenvolvimento da inteligência artificial."
- 5. **A Europa global**, destacando que será organizada a Cimeira "com o Primeiro-Ministro indiano, porque, para nós, é muito importante que a Europa possa interagir com todos os grandes atores globais: os Estados Unidos e o Reino Unido, certamente, mas também com África, com a América Latina, com a China e a Índia."

٠

¹ Agradecimentos devidos ao Gabinete de Comunicação e à Divisão de Redação da AR pela rápida disponibilização dos elementos que nos permitiram elaborar este ponto.



4. COVID-19:COORDENAÇÃO DE MEDIDAS DE RESTRIÇÃO DE CIRCULAÇÃO

O Conselho adotou esta semana uma <u>recomendação para coordenar as medidas que afetam a liberdade de circulação</u>, em resposta à pandemia de COVID-19, de modo a evitar a fragmentação e as perturbações. Esta <u>infografia</u> disponibilizada pelo Conselho explica, com pormenor, o que está em causa. Nos termos desta <u>recomendação</u>, quaisquer medidas restritivas da liberdade de circulação que visem proteger a saúde pública terão de ser proporcionadas e não discriminatórias e terão de ser levantadas logo que a situação epidemiológica o permita.

Assim sendo, todas as semanas, os Estados-Membros deverão fornecer ao Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC) os dados disponíveis sobre os seguintes critérios:

- número de novos casos notificados por cada 100 000 habitantes nos últimos 14 dias;
- número de testes por cada 100 000 habitantes realizados na última semana (taxa de despistagem);
- percentagem de testes positivos realizados na última semana (taxa de positividade dos testes).

O <u>ECDC</u> publicará um <u>mapa semanal dos Estados-Membros da UE</u>, discriminado por regiões, a fim de apoiar os Estados-Membros na sua tomada de decisões. As zonas deverão ser assinaladas com as seguintes cores:

- Verde quando a taxa de notificação de 14 dias é inferior a 25 casos e a taxa de positividade dos testes é inferior a 4%;
- **Laranja** quando a taxa de notificação de 14 dias é inferior a 50 casos, mas a taxa de positividade dos testes é igual ou superior a 4 %, ou quando a taxa de notificação de 14 dias se situa entre os 25 e os 150 casos e a taxa de positividade dos testes é inferior a 4 %
- Vermelho quando a taxa de notificação de 14 dias é igual ou superior a 50 casos e a taxa de positividade dos testes é igual ou superior a 4 %, ou quando a taxa de notificação de 14 dias é superior a 150 casos;
- Cinzento quando a informação é insuficiente ou quando a taxa de despistagem é inferior a 300 testes.

Os Estados-Membros <u>não deverão restringir a liberdade de circulação de pessoas que se desloquem de/para zonas verdes</u>. Se considerarem a possibilidade de aplicar restrições, deverão respeitar as diferenças, em termos de situação epidemiológica, entre as zonas "laranja" e "vermelha", e agir de forma proporcionada. <u>Também deverão ter em conta a situação epidemiológica no seu próprio território</u>. Além disso, não deverão, em princípio, recusar a entrada a pessoas provenientes de outros Estados-Membros. Se considerarem necessário introduzir restrições, poderão exigir que as pessoas provenientes de zonas classificadas numa categoria que não seja "verde" cumpram um período de quarentena e façam um teste após a sua chegada (ou a possibilidade de substituir este teste por um teste antes da sua chegada).

Os Estados-Membros poderão ainda exigir às pessoas que entram no seu território que preencham um formulário de localização do passageiro. Deverá ser **concebido um formulário comum europeu de localização do passageiro** para uma eventual utilização comum.

A Comissão Europeia <u>saudou</u> a recomendação e <u>disponibilizou um explicador</u> deste contexto.



5. PE | POSIÇÃO SOBRE O PROGRAMA EU4HEALTH

No âmbito da resposta à crise sanitária provocada pela COVID-19, a Comissão apresentou, em 28 de maio de 2020 e no quadro do Fundo de Recuperação, um novo Programa UE (EU4Health) pela Saúde autónomo para 2021-2027, com um orçamento de 9,4 mil milhões de euros. Nas negociações do Conselho Europeu de 17-21 de julho, esse valor foi reduzido para 1.7 mil milhões de euros.

Esta semana, a Comissão de Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar (ENVI) aprovou a sua posição sobre o programa da UE no domínio da saúde para 2021-2027, repondo o valor de financiamento de 9,4 mil milhões de euros para este programa, tal como proposto pela Comissão Europeia.

O PE defende, ainda, a **criação de um Mecanismo Europeu de Resposta Sanitária (EHRM)** para responder a todos os tipos de crises sanitárias e reforçar a coordenação operacional a nível da UE. Este mecanismo seria **coordenado pelo <u>Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças</u>, com a assistência de outras agências da UE.**

O texto aprovado na comissão parlamentar (74 votos a favor, cinco contra e uma abstenção) deverá ser **votado em plenário,** o mais tardar, na sessão de 11 e 12 de novembro, passando a constituir o mandato de negociação do Parlamento para os trílogos com o Conselho da UE (Estados-Membros), tendo em vista chegar a um acordo sobre a legislação final.

O relator do PE sobre este programa é <u>Cristian-Silviu Buşoi</u> (PPE, Roménia). A Deputada portuguesa <u>Sara Cerdas</u>, relatora-sombra do grupo S&D, integra também a equipa de negociação do PE sobre este dossiê.

6. SURE | EMISSÃO DE DÍVIDA COMO OBRIGAÇÕES SOCIAIS

A Comissão Europeia <u>anunciou esta semana que irá emitir as suas futuras obrigações SURE</u> (Support to mitigate Unemployment Risks in an Emergency) da UE, num montante máximo de 100 mil milhões de EUR, como **obrigações sociais**. Para o efeito, adotou um <u>quadro de obrigações sociais</u> avaliado de modo independente, e que visa proporcionar aos investidores a confiança de que os fundos mobilizados irão servir um objetivo verdadeiramente social.

Este anúncio surge na sequência da <u>aprovação pelo Conselho da concessão de apoio financeiro a 16 Estados-Membros</u>, no âmbito do instrumento SURE, para ajudar a proteger o emprego e as pessoas no mercado de trabalho. Os fundos angariados serão transferidos para os Estados-Membros beneficiários sob a forma de empréstimos para os ajudar a cobrir os custos relacionados diretamente com o financiamento de regimes nacionais de redução de tempo de trabalho e medidas semelhantes em resposta à pandemia.

Para garantir que os fundos serão utilizados para fins sociais, o quadro de obrigações sociais, assente no Regulamento SURE, exige que os Estados-Membros comuniquem o modo como os fundos contraídos foram afetados e que apresentem um relatório sobre o impacto social das obrigações SURE da UE.

O quadro de obrigações sociais da Comissão foi instituído em plena conformidade com os princípios relativos às obrigações sociais (SBP) publicados pela Associação Internacional dos Mercados de Capitais (International Capital Market Association — ICMA) e foi avaliado de modo independente por um avaliador externo (a companhia Sustainalytics).



A primeira operação de emissão de obrigações será efetuada na segunda quinzena de outubro.

7. REGIMENTO DO PE | ALTERAÇÃO PARA SITUAÇÕES D<u>E</u> CRISE

A <u>Comissão de Assuntos Constitucionais (AFCO)</u> do PE aprovou o <u>relatório</u> sobre as alterações ao <u>Regimento</u> no âmbito do funcionamento do PE em "<u>circunstâncias extraordinárias</u>"

No fundo, trata-se de dar <u>consagração regimental explícita aos procedimentos e medidas adotadas num cenário de crise</u> que impeça o normal funcionamento do Parlamento, como no caso da COVID-19. O PE tomou várias <u>medidas</u> de adaptação dos seus trabalhos, assegurando sempre a sua <u>continuidade</u>. Este relatório será votado na sessão plenária de novembro.

8. NOVAS ESTRATÉGIAS DA COMISSÃO | PACTO ECOLÓGICO EUROPEU

A Comissão Europeia adotou esta semana, em consonância com as disposições do <u>Pacto Ecológico Europeu</u>, três estratégias: <u>Estratégia para os Produtos Químicos num contexto de Sustentabilidade</u>, <u>Estratégia da UE para reduzir as emissões de metano</u>, <u>Estratégia para uma Vaga de Renovação</u>.

A <u>Estratégia para os Produtos Químicos num contexto de Sustentabilidade</u> tem como principal objetivo o fomento da inovação e promoção da competitividade da União, com vista à utilização de produtos químicos seguros e sustentáveis, reforçando a saúde humana e o ambiente, proibindo a utilização de produtos particularmente nocivos em bens de consumo.

É ainda uma forma de chamar a atenção dos Estados-Membros para as possibilidades de investimento na transição ecológica e digital das indústrias da UE, proporcionadas pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

A UE possui já um quadro legal relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH), mas pretende reforçá-lo, contribuindo, conforme referido pelo Comissário Frans Timmermans (vice-presidente executivo do Pacto Ecológico Europeu) rumo à ambição da Europa em matéria de poluição zero. Os produtos químicos são parte integrante da nossa vida quotidiana e permitem-nos encontrar soluções inovadoras para tornar a nossa economia mais ecológica. Contudo, precisamos de garantir que são produzidos e utilizados de uma forma que não prejudique a saúde humana nem o ambiente.

Outras informações sobre esta estratégia podem ser encontradas na seção de <u>perguntas e</u> <u>respostas</u>.

A Comissão Europeia lançou também a <u>Estratégia da UE para reduzir as emissões de metano</u>, apresentando ações através de uma abordagem intersetorial na energia, agricultura e resíduos, uma vez que estas áreas são responsáveis pela quase totalidade das emissões de metano.

As <u>prioridades da estratégia</u> prendem-se com a melhoria da medição e comunicação das emissões de metano nos vários setores, visando atingir os objetivos de diminuição da temperatura até 2050, melhorar a qualidade do ar e reforçar a liderança global da UE na luta contra as alterações climáticas.

Outras informações sobre esta estratégia e as ações a desenvolver podem ser encontradas na seção de <u>perguntas e respostas</u>.



A Comissão Europeia publicou ainda a **Estratégia para uma Vaga de Renovação**, que visa melhorar o desempenho energético dos edifícios.

Com esta <u>estratégia</u>, a Comissão pretende o estabelecimento de regras, normas e informações sobre o desempenho energético dos edifícios para incentivar a sua renovação, garantia de financiamento bem direcionado e acessível, através de iniciativas *Renovação* e *Reforço da capacidade energética* do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Destaca-se ainda nestas ações a criação de um novo espaço europeu Bauhaus, já apresentado pela <u>Presidente da Comissão Europeia</u>. A seção de <u>perguntas e respostas</u> aprofunda alguns pontos.

9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho de Ministros do Negócios Estrangeiros

A <u>12 de outubro</u>, os pontos constantes da <u>agenda</u> eram diversos. Sobre a **Bielorrússia**, foram adotadas <u>conclusões</u>, incluindo o próximo conjunto de sanções, inclusive contra Lukashenko e outros altos funcionários. No que diz respeito à **Rússia**, foi reafirmado que a aplicação integral dos acordos de Minsk continua a ser condição indispensável para que as relações UE-Rússia se alterem substancialmente.

O Conselho foi também informado dos acontecimentos mais recentes na <u>praia de Varosha</u> e do <u>aviso Navtex emitido pela Turquia</u>, que põem em causa a confiança mútua.

Conselho de Assuntos Gerais

Reunido a <u>13 de outubro</u>, serviu de preparação do <u>Conselho Europeu de 15 e 16 de outubro</u>. O negociador principal da União, Michel Barnier, informou os ministros sobre o ponto da situação das <u>negociações entre a UE e o Reino Unido</u>, tendo sido reafirmados o apoio e a sua confiança de que poderiam ser alcançados novos progressos.

No que diz respeito ao diálogo anual sobre o Estado de Direito, a Presidência debateu os quatro pilares: os sistemas judiciais, o quadro de luta contra a corrupção, o pluralismo dos média e outras questões institucionais relacionadas com o equilíbrio de poderes. Na reunião do Conselho dos Assuntos Gerais de 10 de novembro serão debatidas questões específicas por país, incidindo em cinco Estados-Membros, de acordo com a ordem protocolar da UE: Bélgica, Bulgária, Chéquia, Dinamarca e Estónia.

A Presidência apresentou um ponto de informação relativo à **Conferência sobre o Futuro da Europa**, explicando que os contactos com as outras instituições estão ainda em curso, a fim de chegar a acordo sobre uma declaração comum que permita o lançamento da Conferência. Importa referir que o principal ponto de discórdia é a escolha da personalidade que irá presidir esta Conferência, tendo surgido vários nomes esta semana.



Videoconferência dos ministros do Trabalho, dos Assuntos Sociais e da Igualdade

Realizada a <u>13 de outubro</u>, foi dedicada ao debate sobre a participação dos trabalhadores nos processos de reestruturação, associados a fortes políticas de requalificação e de melhoria de competências. Vários ministros congratularam-se com o reforço da Garantia para a Juventude.

Os ministros realizaram também um debate sobre a igualdade de participação de mulheres e homens no mercado de trabalho. Trocaram pontos de vista sobre formas de promover a igualdade de género e combater a segregação entre mulheres e homens no mercado de trabalho.

Reunião informal dos Ministros das Telecomunicações

Teve lugar a <u>15 de outubro</u>, e tinha na agenda o debate sobre a inteligência artificial e a economia dos dados, bem como uma arquitetura legal moderna para os serviços digitais. Foi ainda debatida a declaração sobre a federação europeia de infra-estruturas e serviços de computação em nuvem.

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana terá lugar a Sessão Plenária do PE, que se realizará remotamente:

- Votação sobre a reforma da Política Agrícola Comum
- Prioridades do PE para a futura lei europeia sobre os serviços digitais
- <u>Visão do PE sobre as primeiras regras europeias para a **Inteligência Artificial**</u>
- Apresentação do programa de trabalho da Comissão Europeia para 2021
- Anúncio do vencedor do Prémio Sakharov 2020
- Debate sobre o Conselho Europeu de 15/16 de outubro

Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>19 de outubro</u>, com a adoção do **Programa de Trabalho para 2021**, documento estratégico para a AR e para a Presidência portuguesa.

Conselho da União Europeia

- 19.10: Conselho (Agricultura e Pescas)
- 23.10: <u>Conselho (Ambiente)</u> e <u>Reunião informal dos ministros da Competitividade</u> sobre <u>Mercado Interno e Indústria</u>

Bruxelas | 16 de outubro de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

(com Catarina Ribeiro Lopes, Secretariado da COSAC)

Pode consultar as Sínteses anteriores <u>aqui</u> (ARNet) ou <u>aqui</u>.